



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Área Requisitante: Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo

Responsável: **Mauro Busanello**

Projeto Executivo: **Douglas Cristian Strapazzon**

1.2. Objeto: Contratação de empresa para execução de obra PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE PEDRAS IRREGULARES EM VIAS URBANAS EM CBUQ (RUA ALMIRO CANTU - Entre as Rua Roque de Oliveira e Rua Jacob Pezzavento; RUA DORNEVIL FERREIRA DANGUI - Entre as Rua Vitor Lorenzi e Rua Roque de Oliveira; RUA ANTONIO ROCKEMBACH - Entre a Rua Vitor Lorenzi e Rua Roque de Oliveira), conforme projeto executivo.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. Pretende-se através de licitação contratar empresa para execução de obra de pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares em C.B.U.Q nas ruas citadas no objeto deste estudo.

2.2. A justificativa para a obra se baseia na necessidade de melhoria na pavimentação das ruas. Estas vias dão acesso aos moradores as locais de atividades essenciais e com a obra serão melhoradas substancialmente as condições de mobilidade e acessibilidade destas, em decorrência do pavimento asfáltico. Além disso, também serão executados os serviços de drenagem e sinalização, melhorando a infraestrutura urbana e contribuindo para o conforto e segurança de quem trafega pela via.

2.3. Essa obra tem recursos oriundos do projeto nº 63 - PARANACIDADE.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para o objeto em questão, é necessário que a empresa a ser contratada possua para a habilitação, os seguintes documentos: (de acordo com exigido pelo PARANACIDADE)

3.1.1 Quanto à Habilitação Jurídica:

- a) Comprovação de existência jurídica da pessoa:
 - a.1) Cédula de Identidade, no caso de pessoa física.
 - a.2) Registro comercial, no caso de empresa individual.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

- a.3) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- a.4) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício.
- a.5) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.
- b) Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.
- c) Declaração unificada, conforme documento “Declaração de Conhecimento e Atendimento Critérios Legais e Constitucionais”.
- d) Procuração do representante do licitante para participar da concorrência, se for o caso.

3.1.2. Quanto à Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Certidões de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante: Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal;
- d) Certificado de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), comprovando a regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- f) Declaração do cumprimento no disposto no inciso XXXIII do art. 7º, da CF/1988, conforme documento “Declaração de Conhecimento e Atendimento Critérios Legais e Constitucionais”.

3.1.3. Quanto à Qualificação Técnica:

3.1.3.1. Capacidade Técnica Operacional:

- a) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica com a regularidade do licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede.
 - a.1) Em se tratando de empresa de engenharia não registrada no CREA do Estado do Paraná deverá apresentar o registro do CREA do Estado de origem, ficando a licitante vencedora obrigada a apresentar o visto do CREA do Paraná antes da assinatura do contrato.
 - b) Comprovação de possuir em nome da empresa, atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de responsabilidade técnica com comprovação de descrição do objeto e quantidade mínima, nos termos dos artigos 67 e seguintes da Lei 14.133/2021, sendo permitido o somatório de atestados:



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

DESCRIÇÃO OBJETO	QUANTIDADE MÍNIMA
Pavimentação em Concreto Betuminoso Usinado à Quente (CBUQ)	260,00 ton

b.1) O(s) atestado(s) apresentado(s) para a comprovação de responsabilidade técnica somente constituirá(ão) prova de capacitação se acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico, ou ART ou RRT, emitido(s) pelo CREA e/ou pelo CAU.

c) Declaração formal da empresa, assinada pelo responsável técnico do licitante, acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

3.1.3.2. Capacidade Técnica Profissional:

a) declaração de responsabilidade técnica, indicando o responsável técnico pela execução da obra até o seu recebimento definitivo pelo licitador;

b) a declaração de responsabilidade técnica deverá ser acompanhada de “Certificado de Acervo Técnico Profissional – CAT” do(s) responsável (eis) técnico (s) indicado (s), emitido (s) pelo “Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU”, de execução de, no mínimo, uma obra de semelhante complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à solicitada no objeto da presente contratação;

c) A comprovação de pertencer ao quadro permanente da empresa deverá ser feita mediante uma das seguintes formas:

- c.1) Carteira de Trabalho;
- c.2) Certidão do CREA;
- c.3) Certidão do CAU;
- c.4) Contrato Social;
- c.5) Contrato de prestação de serviços;
- c.6) Contrato de Trabalho registrado na DRT;

d) relação de disponibilidade de veículos, máquinas e equipamentos a serem disponibilizados para a execução da (s) obra (s), conforme análise do projeto, constando o nome, n.º do RG, assinatura do responsável legal e nome, número do registro no CREA/CAU e assinatura do responsável técnico indicado, com declaração expressa de sua disponibilidade durante a execução, sob pena de inabilitação;

e) cronograma de utilização de veículos, máquinas e equipamentos, devidamente preenchido, com base na relação de disponibilidade do item anterior, constando nome, n.º RG e assinatura do responsável legal pela empresa; e nome, número do registro no CREA/CAU e assinatura do responsável técnico indicado;

3.1.3.2.1. É vedada, sob pena de inabilitação, a indicação de um mesmo responsável técnico, ou utilização de seu acervo técnico, por mais de uma proponente.

3.1.3.2.2. O responsável técnico só poderá ser substituído, se atendidos os critérios exigidos no Edital, e desde que com expressa autorização do Município, e conhecimento do Paranacidade.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

3.1.3.3. Da Vistoria

3.1.3.3.1. Os licitantes poderão vistoriar o local onde será executada a obra até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes, por meio de representante devidamente habilitado junto ao CREA/CAU.

3.1.3.3.2. Quando da visita ao local da obra, deve obter, por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária para o preparo de sua proposta. A visita ao local deverá ser agendada pelo telefone (46) 3232-8349 até o dia xx/xx /2024 .

3.1.3.3.2.1. Após a visita, será emitido atestado de visita pelo Município.

3.1.3.3.3. Ainda que os licitantes optem por não realizar a vistoria, deverão apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a contratante.

3.1.3.4. Declarações

3.1.3.4.1. Declaração de que o Licitante se compromete a comprovar, quando da assinatura do contrato, os vínculos, empregatícios ou contratuais, do responsável técnico ou da equipe técnica (se houver), no caso de ser a vencedora da licitação.

3.1.3.4.2. Declaração de que não possui, em seu quadro funcional, menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (Lei Federal n.º 9.854 de 27/10/1999), conforme documento “Declaração de Conhecimento e Atendimento Critérios Legais e Constitucionais”.

3.1.3.4.3. Declaração de Compromisso de Utilização de Produtos e Subprodutos de Madeira e de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil.

a) No que diz respeito ao Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, a empresa deverá executar a obra de acordo com a Resolução do CONAMA n.º 307, de 5 de julho de 2002 e suas alterações e com a legislação pertinente do município onde a empresa será construída.

b) O contratado fica obrigada a utilizar produtos ou subprodutos de madeira de origem exótica ou nativa que tenham procedência legal, conforme Decreto Estadual n.º 4.889, de 31 de maio de 2005.

3.1.4. Quanto à Qualificação Econômico-Financeira:

a) Prova de capacidade financeira, apresentando as demonstrações contábeis dos últimos dois exercícios sociais.

b) A comprovação da situação financeira da empresa, conforme Declaração de Capacidade Operacional Financeira, será avaliada pelos Índices de Liquidez Corrente (ILC), Liquidez Geral (ILG) e Solvência Geral (ISG):



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

(ILG) (valor maior que)	(ILC) (valor maior que)	(ISG) (valor maior que)
1	1	1

b.1) Os índices acima determinados são resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

Índice de Liquidez Corrente (ILC):

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Liquidez Geral (ILG):

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível à Longo Prazo}}$$

Solvência Geral (ISG):

$$\text{ISG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Permanente} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível à Longo Prazo}}$$

Sendo:

AC - ativo circulante

PC - passivo circulante

AP - ativo permanente

RLP - realizável a longo prazo

ELP - exigível a longo prazo

b.2) Os índices deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais.

b.3) A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no Edital.

b.4) As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de liquidez geral (LG), liquidez corrente (LC) e solvência geral (SG), deverão comprovar patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

- b.5) A Declaração de Capacidade Operacional Financeira demonstrará a relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.
- c) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.
- c.1) O balanço patrimonial anual com as demonstrações contábeis, devidamente assinado por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade e o representante legal da empresa, deverá vir acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, devidamente registrados e assinados.
- c.2) O balanço das sociedades anônimas ou por ações deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial. O(s) mesmo(s) deverá(ão) ser assinado(s) por profissional da contabilidade registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- c.3) Quando a data da abertura do certame for superior ao dia 30 de abril do presente ano, somente serão aceitos os balanços dos dois anos imediatamente anteriores.
- c.4) Os documentos exigidos no item “b” limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- c.5) Em caso de empresa que ainda não possua balanço patrimonial e demonstrações contábeis já exigíveis, por serem recém-constituídas, apresentação de cópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado na Junta Comercial ou cópia do Livro Diário contendo o Balanço de Abertura, inclusive com os termos de Abertura e de Encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante.
- d) certidão negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou negativa de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física, dentro do prazo de validade;
- e) declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta

Da justificativa para exigência dos índices:

Os índices solicitados não ferem ao disposto no art. 69, da Lei Federal nº 14.133/2021 e foram estabelecidos em valores extremamente razoáveis para avaliar a qualificação econômico-financeira dos licitantes.

O índice de Liquidez Geral demonstra a capacidade de pagamento da empresa a longo prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto e no longo prazo com as dívidas também de curto e de longo prazo. Índice menor do que 1,00 demonstra que a empresa não possui recursos financeiros suficientes para pagar as suas dívidas a longo prazo, o que pode comprometer a continuidade das atividades da empresa.

O índice de Liquidez Corrente demonstra a capacidade de pagamento a curto prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto prazo com as dívidas também de curto prazo. Índice menor do que 1,00 demonstra que a empresa não possui recursos



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

financeiros para honrar suas obrigações de curto prazo, o que pode inviabilizar a continuidade das atividades da empresa.

O índice de Solvência Geral expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes. Índice menor do que 1,00 demonstra que a empresa não possui recursos financeiros suficientes garantindo o pagamento das suas dívidas, o que pode comprometer a continuidade das atividades da empresa.

Os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021, pois permitem a comprovação da situação financeira da empresa de forma objetiva, foram estabelecidos observando valores usualmente adotados para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis.

Portanto, o atendimento aos índices estabelecidos, demonstrará uma situação EQUILIBRADA da licitante. Caso contrário, o desatendimento dos índices, revelará uma situação DEFICITÁRIA da empresa, colocando em risco a execução do contrato.

4. LEVANTAMENTO DO MERCADO E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA

4.1. Foram consultadas contratações similares de outros órgãos públicos, no entanto, não foram identificadas novas metodologias ou inovações que pudessem atender às necessidades da administração.

4.2. Desta forma, observou-se que através da modalidade de licitação CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, tipo menor preço, em regime de empreitada por preço global, é a melhor forma de atender as necessidades da Administração, bem como a maneira mais vantajosa.

4.3. Portanto, o tipo de solução escolhida é a que mais se aproxima dos requisitos definidos e que mais promove a competição, levando em conta economicidade, eficácia, eficiência, padronização e práticas do mercado.

4.4. O levantamento de custos para elaboração de uma prévia orçamentária foi feito com uso da tabela SINAPI da Caixa Econômica Federal, para os itens não presentes no banco de dados da SINAPI foi realizada consulta direta com empresas do ramo de atividades, correspondente ao objeto, através de solicitação de orçamentos.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A obra PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS (RUA ALMIRO CANTU - Entre as Rua Roque de Oliveira e Rua Jacob Pezzavento, coordenadas 25º58'59.49"S, 52º34'51.28"W; RUA DORNEVIL



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

FERREIRA DANGUI - Entre as Rua Vitor Lorenzi e Rua Roque de Oliveira, coordenadas 25°59'3.58"S, 52°34'54.47"W; RUA ANTONIO ROCKEMBACH - Entre a Rua Vitor Lorenzi e Rua Roque de Oliveira, coordenadas 25°59'7.43"S, 52°34'53.88W), em uma área de 3.505,79 m², conforme coordenadas indicadas em cada rua. As áreas em questão são de domínio público.

5.2. O escopo dos serviços técnicos de pavimentação incluirá:

- Terraplanagem (para reparos e escoro de meio fio)
- Execução de meio-fio
- Drenagem
- Recapamento asfáltico em C.B.U.Q
- Sinalização de trânsito
- Totalizando uma área de intervenção de 3.505,79m².

5.3. Em todas as etapas, os materiais empregados devem ser equivalentes aos solicitados, e todas as Normas Técnicas pertinentes devem ser seguidas.

5.4. A fiscalização do município poderá solicitar adequações nos documentos técnicos.

5.5. Demais especificações contidas no projeto executivo e de acordo com as normas do PARANACIDADE.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

6.1. Constitui o objeto deste a contratação de empresa para execução do objeto descrito a seguir:

Local: Vias urbanas de Coronel Vivida.

Objeto: Pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares em vias urbanas em CBUQ, 3.505,79 m², incluindo serviços preliminares, terraplanagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio com sarjeta, sinalização de trânsito, drenagem, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual.

Trechos:

- Rua Almiro Cantu (entre a Rua Jacob Pezzavento e Rua Roque de Oliveira);
- Rua Dornevil Ferreira Dangui (entre a Rua Vitor Lorenzi e Rua Roque de Oliveira);
- Rua Antônio N. Rockembak (entre a Rua Vitor Lorenzi e Rua Roque de Oliveira).

Área Pavimentada: 3505,79 m².

Colocação de placas de comunicação visual.

Prazo de execução: 180 (cento e oitenta) dias.

Patrimônio líquido mínimo: R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais).

Valor máximo para licitação: R\$ 540.823,98 (quinhentos e quarenta mil, oitocentos e vinte e três reais e noventa e oito centavos).

6.2. A forma de contratação será por LOTE, sob empreitada por preço global, sendo que os valores unitários de cada item que compõe a obra são os definidos na planilha orçamentária, a qual,



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

compõe o projeto executivo.

7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

7.1. O valor estimado máximo para a presente contratação é de **R\$ 540.823,98 (quinhentos e quarenta mil oitocentos e vinte e três reais e noventa e oito centavos)**, conforme obtido através da tabela OrçaPAV – Paraná Cidade e orçamentos.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

8.1. A presente contratação não pode ser parcelada, tendo em vista ser objeto único, o qual seja a execução de Pavimentação em vias urbanas visando a maior eficiência e resultado final.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

9.1. Não existem contratações correlatas ou interdependentes.

10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO:

10.1. Haja vista a inexistência, por ora, de Plano de Contratações Anual – PCA, o qual será oportunamente elaborado pela Administração Municipal para o completo atendimento aos ditames da Lei nº 14.133/2021, este item resta prejudicado, todavia o presente objeto está alinhado ao Planejamento de Contratações do Município.

11. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1. Faz-se necessária a contratação de empresa para Pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares em vias urbanas nos trechos da Rua Almiro Cantu (entre a Rua Jacob Pezzavento e Rua Roque de Oliveira), Rua Dornevil Ferreira Danguí (entre a Rua Vitor Lorenzi e Rua Roque de Oliveira) e Rua Antônio N. Rockembak (entre a Rua Vitor Lorenzi e Rua Roque de Oliveira), com objetivo de melhoramento da tráfegabilidade, acessibilidade, e das condições de conforto e segurança da via.

11.2. Os resultados pretendidos com esse projeto incluem benefícios sociais com o aumento da qualidade de vida da população. Com a execução do recape e sinalização da via, serão garantidas



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

melhores condições de mobilidade e segurança da via. Com a execução dos serviços de drenagem será ampliada a infraestrutura urbana, dando maiores oportunidades para a população.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS QUANDO DA CELEBRAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

12.1. Previamente a assinatura do contrato, os servidores indicados como responsáveis pela fiscalização devem tomar conhecimento de todos os documentos presentes no processo e todos os procedimentos realizados, bem como adotar métodos de controle, seja através de planilhas ou outro que julgar mais adequado, para uma melhor gestão do contrato, das autorizações de fornecimento, dos pedidos a serem realizados pelas unidades e da emissão e controle de saldo de empenhos.

12.2. Deverá ser solicitada a garantia da execução do contrato, nos termos do Art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

13.1. A contratada deverá empregar materiais e equipamentos que atendam a critérios de sustentabilidade, tais como segurança, durabilidade e eficiência, de modo a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental. O descarte de peças e materiais devem estar em observância à política de responsabilidade socioambiental do órgão. Observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746, de 05/06/2012, da Casa Civil, da Presidência da República.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

14.1. Declara para os devidos fins, que a presente contratação, está dentro dos parâmetros de razoabilidade e viabilidade técnicas socioeconômica e ambiental, com base nos elementos colhidos durante o estudo preliminar.

15. ANEXOS

15.1. Fazem parte da pretendida contratação o PROJETO EXECUTIVO composto pelas pranchas, memorial descritivo, planilha orçamentaria, cronograma físico-financeiro, resumo, BDI e ART.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

16. RESPONSÁVEIS

Mauro Busanello
Secretária de Obras, Viação e Urbanismo

Douglas Cristian Strapazzon
Divisão de Estudos e Projetos

Coronel Vivida, 16 de abril de 2024.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 4099-6852-9FE4-9648

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



DOUGLAS CRISTIAN STRAPAZZON (CPF 041.XXX.XXX-06) em 18/04/2024 15:26:46 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MAURO BUSANELLO (CPF 309.XXX.XXX-72) em 19/04/2024 07:08:48 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://coronelvvida.1doc.com.br/verificacao/4099-6852-9FE4-9648>